

capacidade do jesuíta em encontrar pontos de contacto entre tradições culturais profundamente díspares, produzindo sínteses nem sempre consistentes mas sem dúvida reveladoras de uma notável inventividade e do quão singular era veia criativa do padre Vieira.

O capítulo final deste livro abrange os últimos dez anos de vida de António Vieira, passados no Brasil, um período durante o qual — e como assinala Cohen — o jesuíta produz uma série de escritos altamente reveladores das causas em que se foi empenhando. Em tais escritos é possível encontrar, uma vez mais, diversos exemplos da leitura altamente “criativa” que Vieira leva a cabo de alguns escritos bíblicos, desta vez os *Actos dos Apóstolos* (pp. 201 segs.). Ao chegar a esta secção final do livro, aquilo que mais impressiona o leitor é, sem dúvida, a coerência que Vieira revelou ao longo de toda a sua vida. De facto, demonstrou sempre um grande empenho em promover, a todo o custo, a Companhia de Jesus, nunca hesitando em apelar ao rei e à família real (pp. 221 segs.) para que ajudassem a causa da Companhia de Jesus em terras austrais. E António Vieira fê-lo recorrendo a todos os recursos estilísticos que tinha à sua disposição, tirando o máximo partido de todas as “línguas”, de todas as tradições culturais que formavam a sua intrigante e complexa personalidade, a qual o estudo de Thomas Cohen ajuda, sem dúvida, a desvendar.

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa

[Laura de Mello e Souza (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, 560 pp.]

André Figueiredo Rodrigues

“... verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”. Esta é uma frase da epígrafe do primeiro capítulo da publicação *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, livro organizado por Laura de Mello e Souza, primeiro volume da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, dirigida por Fernando Novais. A frase, extraída da obra *História do Brasil (1500-1627)*, escrita por nosso primeiro historiador, frei Vicente do Salvador, anuncia o primeiro problema encarado pelos autores do livro e que constitui motivo central da reflexão de Fernando Novais: o desenvolvimento do espaço privado sem que a vida privada estivesse totalmente consolidada. Os níveis de público e privado estão enredados. A noção de privado está associada à formação da nacionalidade, como nos alerta Novais. Assim, a rigor, não existiria uma “vida privada” durante o período colonial, mas só a partir do século XIX, momento da formação de um Estado Nacional.

Guiando-se pelos passos de Philippe Ariès e Georges Duby, que coordenaram a edição de uma *História da Vida Privada* para a Europa ocidental [*Histoire de la Vie Privée*, Paris, Seuil, 1985], os historiadores que escreveram a versão brasileira

alargaram o conceito de vida privada, considerando as especificidades da América portuguesa e particularizando-o ao abordarem cada um dos temas tratados.

A forma de trabalho adotada para a elaboração de nossa história da vida privada inspirou-se na *Nova História* e, de resto, nos *Annales*. Desde 1929, com a criação da revista francesa *Anais de História Econômica e Social* por Marc Bloch e Lucien Febvre, as observações sobre o cotidiano de um determinado momento, de uma localidade ou de uma personagem, assim como as suas crenças, as suas atividades e valores sociais, políticos e econômicos são retratados, além de serem auxiliados pelo intercâmbio com as outras ciências humanas, como a antropologia e a sociologia. Optou-se por uma história narrativa como forma de expressão do pensamento, da linguagem, dos hábitos, de gestos, de amores e das sensibilidades. A obra em questão procurou combinar e articular diversas propostas temáticas da história da cultura, do cotidiano e das representações sociais, advindas de uma historiografia não só francesa, mas inglesa e italiana. É preciso ressaltar, ademais, que o livro é tributário de dois marcos nas ciências humanas no Brasil: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Por fim, o livro prossegue o esforço inaugurado pelo pioneiro *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de d. Maria I e de d. João VI*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, obra que já havia retratado aspectos dessa temática entre nós historiadores.

A influência antropológica e sociológica de Gilberto Freyre, um dos pioneiros nos estudos sobre a sexualidade e a religiosidade do “brasileiro”, é observada nos capítulos da obra. Freyre mostrou que a sexualidade poderia ser apreendida em manifestações cotidianas e, por outro lado, que o cotidiano da América portuguesa impunha a preocupação acentuada com as questões sexuais: na vastíssima colônia, portugueses, ameríndios e, depois, também os negros, mergulharam de corpo e alma em deleites sexuais; além disso, atribuíram aos santos um papel intermediário entre os amores, ou conceberam-nos como entidade propiciadora de fertilidade e vantagens amorosas [Laura de Mello e Souza. “Sexualidade e religiosidade popular no Brasil colonial”, in Suzel Ana Reily & Sheila M. Doula (orgs.), *Do Folclore à Cultura Popular*, São Paulo, FFLCH/USP, 1990, p. 87]. Na medida em que eram atribuídos papéis aos santos, estes eram envolvidos numa forte carga afetiva. O amaciamento entre senhores e escravos levou a miscigenação e a relações de intimidade entre ambos; aspectos levantados por Freyre, também, destaques nesses capítulos. Todos esses assuntos desenvolvidos na obra já haviam sido tratados em *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, obras freyrianas, fundadoras dos estudos sobre a vida privada no Brasil.

A obra *História da Vida Privada no Brasil* procura compor a pré-história de nossa vida privada. Articulada em 8 capítulos interligados entre si, apresentando como eixo temático questões como a escravidão (que medeia todos os capítulos), privacidade e relações familiares. Em seu capítulo inicial, “Condições de privacidade na colônia”, o historiador Fernando Novais desenvolve questões teóricas sobre as condições para a existência de vida privada na América portuguesa. No capítulo 2.º: “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, a historiadora Laura de Mello e Souza estuda as

expedições de bandeirantes e viandantes que adentraram no território, defrontando-se com mosquitos, animais de diversos portes, a falta de comodidade e desconforto das pousadas e as andanças realizados no outro lado da fronteira — o sertão, em detrimento da vida do litoral.

A partir do capítulo escrito por Leila Mezan Algranti (“Família e vida doméstica”), seguindo-se os de Luiz Mott (“Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”), Ronaldo Vainfas (“Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”) e Mary del Priore (“Ritos da vida privada”), a questão da privacidade colonial começa a ganhar contornos mais claros, em assuntos como a sexualidade, a família e a religiosidade.

Através dos capítulos de Leila Algranti e Ronaldo Vainfas, percebemos que as relações de privacidade estavam longe de serem desvendadas, devido à escassez de fontes. Essa ausência talvez se explique pela falta de cadernos, cartas ou diários dedicados ao relato das intimidades. Como bem observa Algranti, a ausência desse tipo de exposição deve-se à própria estrutura da sociedade colonial: a intimidade era mantida na esfera do privado, não se escrevendo sobre recordações e intimidades. O alto índice de analfabetos é um outro dado a ser destacado. As famílias convivem em casas sem um mínimo de privacidade, onde os cômodos têm múltiplos usos, onde os móveis — ai enquadraram-se as camas — são montados e desmontados de acordo com as necessidades do dia. Havia, além disso, pouca distinção entre o público e o privado, ocorrendo, muitas vezes, a inversão entre esses dois espaços: o que é público torna-se privado e vice-versa. Vainfas esclarece: “um espaço por assim dizer, público, como era o mato ou a beira do rio, podia ser mais apto à privacidade exigida por intimidades secretas do que as próprias casas de parede-meia ou cheias de frestas” (p. 257).

No nosso entender, entre os 8 capítulos que compõe o livro, 2 sobressaem-se aos demais. O primeiro deles, o do antropólogo Luiz Mott, sobre a religiosidade e, o segundo, o da historiadora Mary del Priore sobre os ritos da vida privada. As práticas supersticiosas constantes na sociedade colonial mesclavam-se às vivências da religião oficial do império português — o catolicismo. O isolamento geográfico possibilitou aos habitantes do interior da América portuguesa o aparecimento de práticas religiosas privadas como o eremitismo, chegando-se a encontros sabáticos. Através do diário (*borrador*) do senhor de engenho falido Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, uma peça documental inédita pertencente à coleção particular do bibliófilo José Mindlin, Mary del Priore perfaz os caminhos desse senhor, demonstrando que a relação entre o público e o privado estavam, mais do que nunca, interligados. Demonstra, ainda, que a privacidade misturava-se com o cotidiano na vivência de certos ritos como o casamento, a morte e o nascimento.

O sétimo capítulo (“O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”) foi escrito pelo historiador Luiz Carlos Villalta e trata das práticas de leitura, da educação e da língua na América portuguesa. No último capítulo (“A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”), o historiador István Jancsó analisa as revoltas ocorridas no final do setecentos. Em ambos ensaios, nota-se o aparecimento do intelectual do século XVIII: o libertino de idéias

afrancesadas, influenciado pelo pensamento iluminista. Ambos os autores observam uma questão: aonde começa e aonde termina a vida privada? Através das sílabas F de fé, L de lei e R de rei, Villalta conclui que a identidade privada e a pública confundem-se. Estudando as bibliotecas e o teor de algumas obras nelas existentes, dá gancho para o capítulo seguinte, o de István. Este, através da análise dos movimentos sediciosos ocorridos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na Bahia, investiga as categorias de privacidade entre os que se envolveram nas práticas conspiratórias ocorridas no final do setecentos.

Enfim, acho que a amostra é suficiente para os que não conhecem o livro. Os leitores não se arrependem de travar com ele uma discussão fecunda sobre a nossa pré-história da vida privada.

HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL

[Mary Del Priore (org), *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1999, 445 pp.]

Fábio Pestana Ramos

A mais recente contribuição a historiografia brasileira da intelectual Mary Del Priore é o seu *História das crianças no Brasil*, no qual 16 artigos englobam toda a trajetória da infância no país desde as primeiras crianças chegadas nas caravelas quinhentistas até a utilização da mão de obra de adolescentes nos canaviais de Pernambuco na década de 90 de nosso século. A obra segue a tradição iniciada no Brasil pelo *História da Vida Privada*, coordenado por Fernando Novais, e pelo *História das Mulheres no Brasil*, também organizado por Mary, ambos de inspirados no *História da Vida Privada no Mundo Ocidental*, organizado em França por Philippe Ariès e Georges Duby. Diga-se de passagem, de fato os meios acadêmicos brasileiros estão intimamente ligados a tradição francesa, até mesmo porque a maior e mais influente instituição de ensino superior no país, a Universidade de São Paulo, foi fundada pela chamada missão francesa, sendo mantido desde então um estreito intercâmbio entre docentes e estudantes brasileiros e franceses, bem como entre a USP e diversas Universidades em França.

De qualquer modo, *História das crianças no Brasil* reúne o conhecimento de 18 professores e/ou investigadores vinculados as mais conceituadas Universidades brasileiras de norte a sul do país, transmitindo ao público leitor as mais recentes descobertas acerca do tema de forma acessível aos leigos sem deixar de perder o rigor acadêmico, como definiu a própria organizadora, “este livro é o resultado de um cruzamento de olhares sobre o tema abrangente da infância na história”.

Os temas abordados nos artigos presentes na obra, respectivos autores e instituição ao qual estão vinculados são os seguintes: “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI”, escrito por Fábio Pestana Ramos (USP/FAPESP), no qual é demonstrado como a tradição da exploração da